

Acordo atende reivindicação de comunidades indígenas



Um grupo de índios aguarda a votação do capítulo referente à questão indígena, numa ante-sala do gabinete do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas

Índios mostram cansaço com atraso na votação

Da Sucursal de Brasília

Os índios sentados no auditório da liderança do PMDB não escondem o desânimo e o cansaço com o ritmo da negociação do capítulo da nova Constituição, que assegurará seus direitos. Perplexos com o movimento de constituintes na sala de reuniões, os índios fazem o lobby do silêncio. Poucos conseguem expressar suas reivindicações, mas ontem já tinham duas vitórias.

Aos poucos, desde a última terça-feira, cerca de 30 comunidades indígenas foram enviando seus representantes até Brasília. Ontem, eram mais de cem. Todos pensavam em voltar para casa anteontem, mas o atraso nas negociações e votações forçou a permanência.

Apesar da votação prevista para terça-feira estar incerta, a maioria não pretende ir embora neste fim-de-semana.

As consequência da reclusão em Brasília são até de ordem estética. Além do cansaço, a pintura desbotada do rosto é por falta de tinta, que está acabando. A maioria esmagadora dos índios veio preparada para uma festa, enquanto que algumas tribos estão paramentadas para guerra. A pintura de todo o corpo é preta, com desenhos de acordo com a cultura da tribo.

Guerra

A disposição para a guerra está evidente nos enormes tacapes e bordunas que todos carregam. Não se separam das armas durante todo o tempo que ficam no gabinete da liderança do PMDB, atentos para um batalhão de curiosos que os cercam.

Uma dezena de índios aculturados fazem um tipo de relações-públicas para o grupo. São aqueles ligados a Funai ou que deixaram a tribo para

estudar e trocaram a floresta pela cidade. É o caso de Carlos, da tribo Terena, que trabalha na chefia de gabinete da Funai, mora num apartamento em Brasília e casou-se com uma mulher branca.

Mesmo assim, ele não aceita o rótulo de "aculturado". "Não vou deixar de ser índio nunca. Nem quando morrer", diz. Os outros índios não aceitam sequer responder perguntas que os coloquem em confronto com a assimilação da cultura dos brancos. Depois de serem indagados pelos repórteres sobre a resistência em aceitar um dispositivo no capítulo "Dos Índios" que nega os direitos dos índios aos "aculturados", os índios começaram a evitar a imprensa. Temerosos, eles escolhem os repórteres para conversar, perguntando: "Qual é o jornal". Se consideram o jornal "bom", falam. Caso contrário, ficam calados.

Na entrada do Colégio Santa Maria, onde estão alojados, um improvisado cartaz adverte: "Proibida entrada de jornalistas e fotógrafos. Favor não insistir porque senão os índios do Brasil vão tomar tudo."

Instalados num enorme galpão da escola, os índios estão recebendo alimentação do Conselho Indigenista Missionário e da Funai, que enviam "marmitex" com arroz, feijão e carne nas duas refeições diárias. Falta farinha, segundo o cardápio indígena. Mas eles não reclamam. As mulheres não vieram e não se cozinha no alojamento.

De queixas, os índios só não escondem uma: passam a maior parte do dia no auditório respirando um ar carregado de fumaça de cigarro e mantido a partir de um aparelho de ar condicionado.

Da Sucursal de Brasília

Duas das três reivindicações das comunidades indígenas foram contempladas por um acordo fechado ontem pela liderança do PMDB, o Centrão e os partidos de esquerda.

Apesar deste entendimento preliminar, o capítulo "Dos Índios" voltará a ser discutido por todas as lideranças partidárias na manhã da próxima terça-feira, podendo ser votado à tarde.

Pelo texto acordado, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas só poderá ser feita com autorização do Congresso Nacional e ouvidas as comunidades atingidas. Aos índios será assegurada, na forma da lei, a participação nos resultados da lavra. A partir de uma fusão do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, do substitutivo do Centrão e de várias emendas, a reivindicação dos índios foi atendida.

"A discussão foi muito boa, sem entreveros", disse o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). As propostas preliminares tanto do Centrão como da liderança do PMDB previam o "usufruto exclusivo" das riquezas naturais aos índios. A abertura para a exploração das terras por terceiros foi aceita desde que introduzido o aval do Congresso Nacional e a consulta às tribos envolvidas.

A questão da terra indígena foi a



que exigiu mais tempo de negociação. Os índios pediam que fosse garantido seu direito originário sobre terras que ocupam. A Frente Parlamentar do Índio, representada na negociação pelo deputado Tadeu França (PDT-SC), conseguiu incluir no texto do acordo uma palavra que dá absoluta margem de segurança aos índios. Assim, o direito fica assegurado sobre terras "tradicionalmente" ocupadas, cabendo à União demarcá-las.

O Centrão relutou em incluir esta palavra, tentando substituí-la por "permanente". Se a troca fosse feita, as comunidades indígenas que foram removidas de uma área ou tenham alterado seu núcleo de ocupação seriam prejudicadas.

Aculturação

Até o final da manhã de ontem, a terceira reivindicação dos índios continuava sem solução. Eles queriam a supressão de um dispositivo, que consta dos textos da Sistematização e do Centrão, que exclui os "índios com elevado estágio de aculturação" dos direitos previstos pelo capítulo. Segundo França, a tendência é excluir este conceito da nova Constituição, "porque senão teríamos um genocídio".

Plínio disse que os direitos seriam assegurados ao "índio que habita uma terra indígena independente da cultura que tenha ou conheça". O texto em negociação assegura que "os direitos previstos neste capítulo só se aplicam aos índios cujas comunidades ocupem terras indígenas, garantidos os direitos daquelas comunidades que tenham sido ilegalmente desalojadas".



O deputado José Lins (PFL-CE) é levado por Raony para conhecer caciques